
Desindustrialização em São Paulo até o início do século XXI

Autor(es): Sampaio, D.; Etulain, C.

Fuente: H-industri@: Revista de Historia de la Industria, los Servicios y las Empresas en América Latina, Nº 28 (Junio 2021), pp. 123-144.

Publicado por: Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires.

Vínculo: <http://ojs.econ.uba.ar/index.php/H-ind/article/view/2102>



Esta revista está protegida bajo una licencia *Creative Commons Attribution-NonCommercialNoDerivatives 4.0 International*.

Copia de la licencia: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

¿CÓMO CITAR?

Sampaio, Daniel Pereira y Etulain, Carlos Raul (2021) Desindustrialização em São Paulo até o início do século XXI. *H-industri@* 28: 123-144.

<http://ojs.econ.uba.ar/index.php/H-ind/article/view/2102>



H-industri@ es una revista académica semestral editada en el marco del Área de Estudios Sobre la Industria Argentina y Latinoamericana (AESIAL) del Centro de Estudios de Historia Económica Argentina y Latinoamericana (CEHEAL), perteneciente al Instituto Interdisciplinario de Economía Política de Buenos Aires (IIEP-Baires):

<http://ojs.econ.uba.ar/ojs/index.php/H-ind>

Desindustrialização em São Paulo até o início do século XXI

Deindustrialization in São Paulo Until the Beginning of the 21st Century

Daniel Pereira Sampaioⁱ

daniel.sampaio@ufes.br

Carlos Raul Etulainⁱⁱ

carlos.etulain@fca.unicamp.br

Resumo: Realiza-se um estudo sobre a ocorrência de desindustrialização no estado de São Paulo no início do século XXI. Utiliza-se de indicadores clássicos de desindustrialização para o estado de São Paulo e suas principais microrregiões. Argumenta-se que São Paulo, principalmente sua capital e região metropolitana, tem papel central na explicação da desindustrialização brasileira por ter o maior e mais diversificado parque industrial nacional e papel central nas articulações produtivas e regionais. Conclui-se que a economia paulista continua a ser o principal centro econômico do país, passando por transformações em sua estrutura produtiva e reconfiguração de sua capital e região metropolitana frente aos avanços do padrão de acumulação financeira.

Palavras-chave: Indústria de transformação; Desenvolvimento econômico; Desenvolvimento regional.

Abstract: This is a study about the occurrence of deindustrialization in the state of São Paulo/Brazil at the beginning of the 21st century. Using the historical-structural method, classical deindustrialization indicators are presented for the state of São Paulo and its main microregions. It is argued that São Paulo, especially its metropolitan region, plays a central role in explaining Brazilian deindustrialization by having the largest and most diversified national manufacturing park and central role in productive and regional articulations. It is concluded that São Paulo's economy remains the main economic center of the country, undergoing changes in its productive structure and reconfiguration of its capital and metropolitan region in the face of advances in the pattern of financial accumulation.

Key words: Manufacturing Industry; Economic Development; Regional Development.

Recibido: 15 de septiembre de 2020

Aprobado: 20 de abril de 2021

ⁱ Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Departamento de Economia da UFES/Brasil. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP/Brasil.

ⁱⁱ Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP/Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil com período sanduíche na Université Paris 8/França.

Introdução

Neste início de século XXI o tema da desindustrialização no Brasil tem despertado interesse no debate público. A desindustrialização pode ser compreendida como a redução no longo prazo do emprego industrial em relação ao total, ou, de forma ampliada, do valor adicionado da indústria de transformação em relação ao produto interno bruto (PIB), indicador denominado de grau de industrialização, em determinado espaço econômico (Rowthorn e Wells, 1987; Rowthorn e Ramaswamy, 1997, 1999; Akyuz, 2005; Tregenna, 2009).¹ Para além do grau de industrialização, Oreiro e Feijó (2010: 221) destacam que “uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou valor adicionado para uma determinada economia”. Portanto, a desindustrialização pode ser aplicada a países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. No primeiro caso, ela pode ser considerada como “positiva”, por ser compatível com o desenvolvimento e dinâmica da indústria, porém, no segundo caso, ela é denominada de “negativa” devido ao baixo dinamismo da manufatura.

A discussão sobre a desindustrialização no Brasil, de forma mais sistematizada, teve suas origens a partir da publicação de Unctad (2003). A partir deste estudo várias agendas de pesquisas foram abertas para discutir a questão produtiva centrando, inicialmente, os argumentos em variáveis e indicadores macroeconômicos e setoriais (Nassif, 2008; Oreiro e Feijó, 2010; Squeff, 2012; Cano, 2014; Morceiro, 2018; Passoni, 2019).² O debate avançou, porém com limitadas contribuições sobre o entendimento das relações entre indústria e território em tempos de desindustrialização. Este artigo tem por objetivo contribuir para este debate.³ Para o avanço na compreensão deste processo propõe-se, em primeiro lugar, um balanço dos alcances e limites da industrialização brasileira e o papel do estado de São Paulo, principalmente de sua região metropolitana, considerando-os em perspectiva histórica.

Segundo Furtado (1992) a industrialização brasileira é entendida como a constituição de um sistema econômico nacional, ou seja, à construção de articulações produtivas, comerciais e regionais, com crescimento industrial e diversificação produtiva, sob hegemonia paulista, que teve suas origens a partir da década de 1930, por meio do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). O esgotamento deste modelo ocorreu em meados dos anos 1980, o que remonta à crise fiscal e financeira do Estado e esgotamento da ISI, e avançou nos anos 1990 (abertura comercial, financeira e privatizações), principalmente após o Plano Real (Cano, 2014).

O grau de industrialização no Brasil teve seu ápice em 1985, quando atingiu 35,9%,⁴ e, desde então, houve tendência de queda, sendo que o menor valor foi obtido em 2019 (9,2%)⁵, o que equivale a uma redução de 74,4% em 34 anos. Em termos de comparação

¹ Na ausência deste indicador é possível utilizar a redução do emprego da indústria de transformação em relação ao emprego total.

² Para um balanço das diferentes leituras da desindustrialização do Brasil sugere-se Sampaio (2015).

³ Uma versão anterior deste artigo foi publicada nos anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política, Evento Virtual – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 10 a 13 de novembro de 2020.

⁴ Razão calculada a partir de valores nominais.

⁵ Dados em valores nominais a partir do Ipeadata (Contas Nacionais Anuais e Contas Nacionais Trimestrais).

internacional trata-se um dos processos de desindustrialização relativa mais intensos no mundo (Sampaio, 2015; Arend, 2014).

Desde a década de 1970 se registra uma tendência de redução do peso da região metropolitana de São Paulo (RMSP) na produção manufatureira total, num processo que acompanhou a interiorização do desenvolvimento paulista (Seade, 1988). A desconcentração produtiva deixou de ser virtuosa nos anos 1980, quando não mais foi acompanhada de crescimento econômico e diversificação produtiva (Cano, 2008). Ademais, desde o início da atual década de 2010 observa-se uma tendência à redução absoluta do valor da produção e do emprego manufatureiro no país, que tem maiores implicações sobre a economia paulista, que, apesar da desconcentração produtiva, ainda detém o maior e mais diversificado parque industrial e relevante papel nas articulações produtivas regionais.

A desindustrialização, portanto, pode ser entendida como uma desarticulação do sistema econômico nacional com impactos regionais diferenciados. Se na ISI a economia paulista teve papel central, pode-se inquirir: como ela afetou e foi afetada no processo de desindustrialização? Em tese, a desarticulação do sistema econômico nacional enfraqueceu as conexões intra e intersetoriais que a economia paulista comandava, sendo que regiões industrialmente dinâmicas passaram a articularem-se mais diretamente no exterior, deixando de gerar laços de “solidariedade regional” (Pacheco, 1998).

Para alcançar os objetivos propostos o artigo se divide em três seções. Na primeira, é realizado um balanço do processo de industrialização na economia brasileira, realçando o papel de São Paulo. Na segunda, é discutido o esgotamento do processo de industrialização e seus impactos sobre as articulações regionais. Na terceira, por sua vez, são apresentados dados de produção, emprego e comércio exterior da economia paulista, com a finalidade de avaliar, a partir da escala microrregional, o desempenho econômico manufatureiro deste estado. Por fim, seguem as considerações finais.⁶

Alcances e limites da industrialização brasileira e o papel da economia paulista⁷

Antes que se avance sobre a compreensão do processo de desindustrialização no Brasil e no estado de São Paulo faz-se necessário a compreensão sobre a industrialização e suas relações espaciais considerando a especificidade brasileira. A industrialização brasileira teve suas origens na “mudança do centro dinâmico” na década de 1930 (Furtado, 2007) estando relacionada com os desdobramentos das relações econômicas do complexo cafeeiro capitalista do oeste paulista (Cano, “Raízes da concentração”, 2007). Houve, nesta época, uma mudança do padrão de acumulação, desde então voltado para o mercado interno, tendo-se, a partir daí, a reprodução endógena do capital. Por ser amparada em bases técnicas e financeira frágeis foi, no período de 1930 a 1955, uma “industrialização restringida” (Draibe, 2004).

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que esse incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de

⁶ Definidas a partir de agregações de municípios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷ Esta seção centra-se na discussão da industrialização brasileira pela interpretação do “capitalismo tardio”. Para diferentes leituras industrialização brasileira ver Suzigan (1986) e, Saes (1989).

trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação”. (Tavares, 1998:133)

No início do século XX o Brasil já apresentava produção industrial, seja em sacarias de juta, máquinas de beneficiamento de café, oficinas de reparação para estradas de ferro, alimentos e bebidas, tecidos, e alguns bens capitais, como cimento, etc.⁸ Houve, inclusive, uma crise de sobreacumulação industrial nos anos 1920. Porém, após a *ruptura* no processo de acumulação ocorrida a partir da crise de 1929, o mercado interno passou a ser o principal eixo dinâmico da economia, sendo puxado pelo setor manufatureiro, superando, assim, o modelo “primário-exportador” em direção ao “urbano-industrial” (Cano, “Raízes da concentração”, 2007; Mello, 2009). A partir do exposto evidencia-se a diferença entre crescimento industrial e industrialização.

Apoiado em uma base regional de acumulação, o processo de industrialização teve papel central na articulação urbano-regional e migratória no país, principalmente após a década de 1950. A liderança de São Paulo na integração do mercado nacional se deu com aumento da concentração industrial e com avanços na diversificação produtiva.⁹ Além disso, esse período ficou marcado por: i) acentuação dos “desequilíbrios regionais”, quando se evidenciou elevadas disparidades regionais no país em termos de indicadores de crescimento e desenvolvimento; ii) as grandes secas no Nordeste¹⁰ iii) constituição da “ossatura material” do Estado iv) deslocamento do eixo político para o interior do país, com a construção de Brasília (Cano, “Desequilíbrios regionais”, 2007).

A partir do “Plano de Metas” (1956-1961) consolidou-se a “industrialização pesada”, tendo início a internacionalização produtiva que foi puxada pela indústria de bens de consumo duráveis, particularmente a indústria automobilística. A indústria automobilística, bem como sua larga cadeia produtiva, contribuiu largamente para a expansão industrial paulista, especialmente a região do ABC, e seu distanciamento em relação às demais estados. O avanço da diversificação produtiva no Brasil teve ligação direta com o movimento de expansão dos oligopólios internacionais no pós-guerra. Este avanço foi apoiado pelo capital nacional, com participação ligada mais a órbitas de valorização do capital de seu interesse. Sobre as cláusulas do pacto entre distintos capitais Lessa e Dain (1982, p. 221-222) argumentaram que:

“A primeira dispõe, como reservas para os capitais nacionais, das órbitas de seu interesse crucial, como frentes de valorização. Tais órbitas são não-industriais e, entre elas, as filiais estrangeiras industriais não poderão diversificar as inversões. A segunda estabelece uma regulação quanto à participação horizontal da massa de lucros do capitalismo associado. A rentabilidade das órbitas do controle do capital nacional não será inferior à órbita industrial. A existência do pacto exige algo do

⁸ Deve-se considerar também a importância de setores relevantes da economia paulista que estavam ligados ao complexo cafeeiro, tais como: agricultura mercantil de alimentos, setor bancário e financeiro, construção civil, entre outros (Cano, 2007).

⁹ Segundo Cano (“Desequilíbrios regionais”, 2007: 189): “(...) ao integrar-se no mercado, com ausência de barreiras protecionistas, pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não de todos; participar do ‘mercado nacional aberto’ significa também ‘abrir o mercado regional’. Dessa forma, a integração proporcionaria *efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição*” (grifos do autor).

¹⁰ Fato que motivou novas percepções e atuação estatal em relação às políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Em relação ao debate do processo histórico e debates atuais da questão regional no Brasil ver, respectivamente, Cano (2002) e Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017)

Estado: que seja seu gestor. (...) a função do gestor do pacto é fundamental para a reprodução do pacto do capitalismo associado e a manutenção da ‘sagrada aliança’”. (Lessa e Dain, 1982: 221-222)

A desaceleração cíclica na década de 1960 gestou as condições para o início do chamado “milagre econômico” (1968-1973). Se até 1971 o “milagre” pode ser explicado pela utilização de capacidade ociosa, nos anos seguintes observou-se aceleração do investimento, principalmente do setor privado, com elevação do endividamento externo, aproveitando-se do ciclo de liquidez internacional, porém, sem consolidar mudanças na estrutura produtiva (Serra, 1982).

O esgotamento do “milagre” e o primeiro choque do petróleo (1973) levou a nova desaceleração, onde se optou pela estratégia de “ajuste estrutural” (Hermann, 2011) por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Entendido como “megalomaniaco”, resultou numa nova modernização da estrutura produtiva nacional, com a incorporação de setores de bens intermediários e bens de capital. O II PND exacerbou a estratégia de crescimento com endividamento externo, neste momento puxado principalmente por empresas estatais. Teve início aí o processo de “estatização da dívida” que levou ao limite o endividamento externo sob defesa da tese oficial de “hiato de recursos reais” (Cruz, 1995). Além disso, o II PND buscou reduzir a concentração industrial em São Paulo, por meio de investimentos direcionados pelo capital nacional (privado e estatal) fora do estado de São Paulo (Lessa, 1998).

Entre 1970 e 1980 houve redução da concentração industrial em São Paulo, porém com elevadas taxas de crescimento e diversificação produtiva na economia nacional. Nesse sentido, pode-se falar em uma desconcentração produtiva virtuosa (Cano, 2008). Ela se deu com o avanço das complementaridades regionais e setoriais (intra e interdepartamentais), com aumento da complexidade econômica nacional. Conforme Quadro 1, a tendência de redução do peso da economia paulista persistiu nas décadas seguintes, porém de forma qualitativamente distinta.

Em que pesem os desequilíbrios dinâmicos da economia brasileira, típicos de país de capitalismo tardio, em função principalmente dos limites financiamento interno e externo (Tavares e Belluzzo, 1982), a economia brasileira manteve o processo de ISI no período de 1930 a 1980, a despeito das particularidades espaciais e temporais, nos âmbitos políticos, sociais e econômicos. Contudo, a ISI não resolveu o problema da ausência do núcleo endógeno do progresso técnico, da elevada desigualdade de renda e extrema pobreza, caos urbano, entre outros (Tavares e Belluzzo, 1982; Cano, “Desequilíbrios regionais”, 2007).

Quadro 1: Participação no PIB e no Valor de transformação industrial (VTI) das regiões brasileiras e da Região Metropolitana de São Paulo (em %)

| PIB Região (% total do Brasil) | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 | 2000 | 2010 |
|-------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Norte | 1,7 | 2,2 | 2,2 | 3,2 | 4,9 | 4,4 | 5,3 |
| Nordeste | 14,6 | 14,8 | 11,7 | 12,0 | 12,9 | 12,4 | 13,5 |
| Sudeste | 65,7 | 62,8 | 65,5 | 62,4 | 58,8 | 58,3 | 55,4 |
| SP | 36,7 | 36,8 | 40,7 | 38,7 | 35,7 | 33,5 | 33,1 |
| Sul | 16,3 | 17,8 | 16,7 | 17,0 | 18,2 | 16,5 | 16,5 |
| Centro-Oeste | 1,8 | 2,4 | 3,9 | 5,4 | 5,2 | 8,4 | 9,3 |
| VTI – Indústria de Transformação Região (% total do Brasil) | 1949 | 1959 | 1970 | 1985 | 1996 | 2008 | 2011 |
| Norte | 0,7 | 0,9 | 0,8 | 2,5 | 4,2 | 5,3 | 4,7 |
| Nordeste | 9,1 | 6,9 | 5,7 | 8,6 | 7,3 | 9,6 | 9,6 |
| Sudeste | 76,5 | 79,3 | 80,7 | 70,8 | 68,5 | 61,2 | 59,5 |
| SP | 48,9 | 55,6 | 58,2 | 51,9 | 50,9 | 41,4 | 40,8 |
| RMSp | 32,4 | 41,0 | 43,5 | 29,4 | 24,5 | 16,1 | 12,8 |
| Sul | 13,2 | 12,3 | 12,0 | 16,7 | 17,8 | 20,1 | 21,4 |
| Centro-Oeste | 0,5 | 0,6 | 0,8 | 1,4 | 2,2 | 3,8 | 4,9 |

Legenda: PIB: Produto Interno Bruto. VTI: Valor de Transformação Industrial. SP: estado de São Paulo. RMSp: Região Metropolitana de São Paulo.

Fonte: Elaboração própria. Dados do PIB: Ipeadata. Dados do VTI: Cano (2008): 1939-1985; Pesquisa Industrial Anual/IBGE: demais anos.

Os dois choques do petróleo, mas, principalmente, a elevação unilateral da taxa de juros norte-americana em 1979, foram fatores externos que impactaram a dinâmica da economia brasileira.¹¹ A mudança do padrão de acumulação global (financeirização) trouxe novos elementos de instabilidade econômica, inclusive no movimento nos fluxos voluntários de capitais, sobretudo na América Latina (Fiori e Tavares, 1997; Fiori, 1999). Além disso, nesta década tem início a difusão de inovações em setores como química fina, telecomunicações e informática com impactos sobre os processos de gestão e organização industrial, a chamada terceira revolução industrial (Coutinho, 1992). O comércio internacional também se reconfigurou, por meio da distribuição global da produção das partes, peças e componentes, por meio das “cadeias globais de valor” (Hiratuka e Sarti, 2017).

Esgotamento do processo modelo ISI, desindustrialização e impactos nas articulações regionais

Ao final do II PND o Brasil tinha uma estrutura manufatureira nos moldes do padrão tecnológico da segunda revolução industrial (Carneiro, 2002). Nele se observavam efeitos

¹¹ Dentre os elementos internos pode-se destacar a gestão da dívida externa e a ausência da incorporação de um núcleo endógeno de inovação tecnológica.

de encadeamentos generalizados (Hirschman, 2008), ou seja, conexões setoriais, regionais e fiscais. Em que pese esta mudança na estrutura produtiva brasileira, o crescimento com endividamento externo encontrou seus limites na eclosão da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro em 1982.¹²

A crise da década de 1980 marcou o início de uma crise de longa duração no Brasil. Por um lado, houve redução das taxas médias de crescimento do PIB (especialmente no período 1981-1983), aceleração do processo inflacionário e transferências de recursos reais ao exterior, por meio do “ajuste exportador”.¹³ Assim, o mercado interno foi sacrificado, levando, inclusive, a aumento da heterogeneidade social e setorial com benefício para os estratos de renda mais elevados e setores exportadores, sobretudo de bens intermediários (Carneiro, 2002). Por outro, houve esgotamento do modelo de ISI. É justamente neste período em que se observa a redução do dinamismo econômico do país, especialmente da redução do grau de industrialização da economia brasileira.

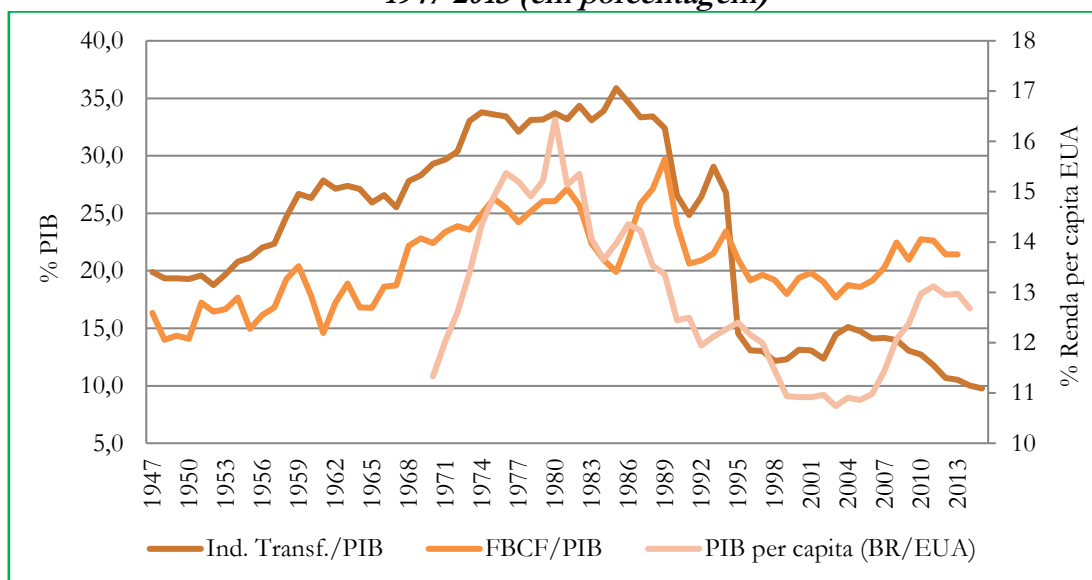
As taxas de crescimento do PIB e da indústria de transformação do estado de São Paulo foram em média inferiores às obtidas pelo país, mas as variações foram em baixos patamares. Assim, houve um processo de desconcentração produtiva espúrio¹⁴ (Cano, 2008). Reduzem-se, portanto, os efeitos de complementaridade regional, setorial e fiscal estabelecidos no período da ISI, ou seja, dos efeitos de encadeamento e das relações intra e interdepartamentais industriais fragilizando nexos produtivos e regionais. O setor manufatureiro ficou em segundo plano na agenda política e econômica, dando lugar ao combate à inflação e à dívida externa. A mudança dos rumos da política econômica revelou, a partir da década de 1980, um processo de redução persistente do grau de industrialização na economia brasileira (Gráfico 1).

¹² Destaca-se, no plano interno, o processo de gestão da dívida pública. Durante os anos 1970 houve “estatização da dívida”, por meio do avanço da dívida das estatais e assunção pelo governo brasileiro do risco da variação cambial de dívidas externas (Cruz, 1995).

¹³ Que lançou luz sobre a possibilidade de uma “década perdida”.

¹⁴ Os mecanismos de “guerra fiscal” tiveram papel relevante para o processo de desconcentração produtiva regional no Brasil, principalmente após 1994. Para uma análise deste processo ver Cardozo (2010).

Gráfico 1: Indústria de transformação sobre PIB total, formação bruta de capital fixo sobre o PIB total e PIB per capita do Brasil sobre PIB per capita dos Estados Unidos, 1947-2013 (em porcentagem)



Observações: Indústria de transformação sobre o PIB total, 1947-2015, relação construída a partir dos dados em R\$ valores correntes; formação bruta de capital fixo sobre o PIB total, 1947-2013, relação construída a partir dos dados em R\$ valores correntes; PIB *per capita* do Brasil em relação ao PIB *per capita* dos Estados Unidos, 1970-2014, relação construída a partir dos dados em USD paridade do poder de compra.

Fonte: Elaboração própria. Dados da indústria de transformação, formação bruta de capital fixo e PIB retirados do Ipeadata. Dados do PIB *per capita* do Brasil sobre o PIB *per capita* dos Estados Unidos retirados da UnctadStat.

A década de 1990, por sua vez, ficou conhecida pelas “reformas neoliberais” via agenda do “consenso de Washington” (Batista, 2009). Elas podem ser entendidas por meio das políticas monetárias e fiscais restritivas, processos de abertura comercial e financeira, e tendência à manutenção da moeda em patamar valorizado, entre outras (Carneiro, 2002; Oliveira, 2012). Estas medidas foram acompanhadas por propostas que visavam a soberania e autorregulação dos mercados que se materializaram, por exemplo, por meio de medidas que diminuíram a ação do Estado como investidor, empresário e agente coordenador do processo de desenvolvimento, por exemplo, com as privatizações e redução do investimento estatal, bem como pela abertura comercial e financeira.

Em 1994, com o Plano Real, encontrou-se, principalmente por meio da âncora cambial, um caminho para o controle do processo inflacionário, porém reduzindo os graus de liberdade da política econômica (Cano, 2000). Com o baixo dinamismo do PIB e da indústria de transformação que se obteve nas décadas de 1980 e 1990 houve impactos nas dinâmicas urbano-regionais e migratórias, tendo a indústria paulista diminuído seus impactos na atração populacional (Baeninger, 2004; Cano, 2008).

Nesta década, o processo de desindustrialização avançou, com impactos substantivos sobre as articulações erigidas no período de ISI. Assim

“(…) a partir do momento em que o *motor* do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os

vínculos de solidariedade entre elas. (...) a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional” (Furtado, 1992, :32, grifos do autor).

Ou seja, no processo de “integração competitiva”, empresas optaram por realizar sucessivos “ajustes defensivos”, principalmente na defesa das margens de lucro, com mudança nas estratégias empresariais e avanços nos processos de terceirização e subcontratação (Coutinho e Ferraz, 1994; Silva e Laplane, 1994). Ademais, ficou patente o avanço da internacionalização da estrutura produtiva, com fortalecimento do papel do capital estrangeiro, via compra de matrizes e filiais de empresas privadas ou estatais (por meio das privatizações), ou, até mesmo, em novos investimentos (Sarti e Laplane, 2003). Para além das privatizações, que significou redução do papel do Estado como empresário e agente coordenador do desenvolvimento, resultando em desemprego, terceirizações e subcontratações, houve substantiva redução do gasto público em investimentos, ao menos até a segunda metade da primeira década do século XX. Observou-se, assim, a soberania dos mercados (principalmente internacionais) e o enfraquecimento de centros internos de decisão. A opção da concorrência como processo de mediação social implicou em opções restritivas à política econômica, limitações à formação bruta de capital fixo (FBCF) e, portanto, à possibilidade de crescimento sustentado.

Destacou-se como um dos principais elementos da desindustrialização a desarticulação de cadeias produtivas. Assim, os desejáveis efeitos de encadeamento, sobre renda, emprego, tributos e progresso técnico, ocorreram em menor grau, vazando sob a forma de importações. Eles diminuíram, assim, os efeitos multiplicadores em território nacional em setores da economia brasileira e tendo impactos sobre o principal estado industrial brasileiro. Sobre a desindustrialização brasileira e sua dinâmica ligada à economia paulista.¹⁵

“Essa organização sistêmica se deu, no Brasil, situando em São Paulo o lócus principal da variável motriz do crescimento industrializante: o investimento industrial. Portanto, a interpretação do comportamento da indústria paulista, mais do que isso, sua regressão, é o ponto central da interpretação de como o sistema econômico [nacional] está reorganizando seus pontos regionalmente dinâmicos ou, em outro caso, como a coerência industrial do sistema está sendo [re]organizada” (Costa, Funari e Matos, 2013: 21)

O esgotamento da âncora cambial, principal instrumento de controle da inflação no início do Plano Real entre 1994 e 1998, levou à mudança na gestão da política macroeconômica em 1999 sob a égide do tripé macroeconômico, que seguiu como diretriz para a política econômica nas décadas seguintes. Mesmo com a política econômica amarrada sob o tripé macroeconômico, a expansão do consumo (dada expansão do crédito, valorização do salário mínimo e programas sócias) e o crescimento das exportações (puxadas por produtos básicos principalmente com destino à China), foram vetores que elevaram a demanda agregada na primeira década dos anos 2000. A retomada do crescimento acentuou o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho posta desde as reformas estruturais dos anos 1990 como grande fornecedor de produtos intensivos em recursos naturais e, também, como plataforma de valorização financeira. Com o

¹⁵ Para um balanço da desindustrialização no estado de São Paulo ver Mattos (2015).

aquecimento da demanda houve nova rodada de modernização dos padrões de consumo, tendo, assim, o papel de realização da superprodução mundial, principalmente da China.¹⁶

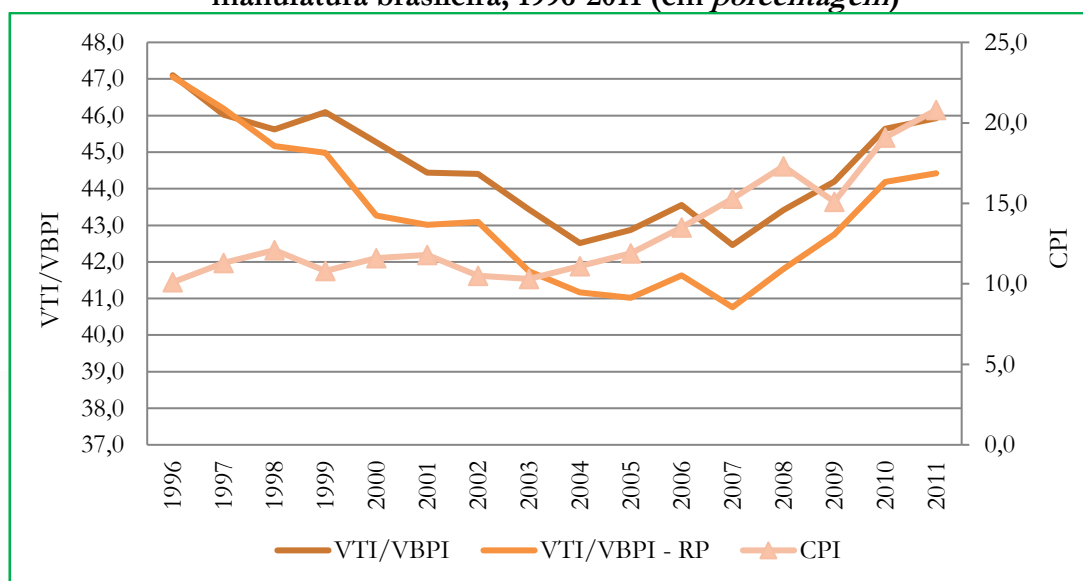
Porém, a retomada do dinamismo da demanda não foi acompanhada em mesmo ritmo pela oferta. A manutenção das políticas monetária, fiscal e cambial em caráter restritivo ao menos até a primeira metade da década de 2000, e foi um dos principais fatores determinantes para o baixo dinamismo manufatureiro. Porém, observou-se, principalmente na segunda metade desta década a retomada da discussão sobre planejamento governamental no Brasil, por exemplo com os temas da política industrial e regional.¹⁷ Esta retomada trouxe à tona a possibilidade de retomada de políticas de desenvolvimento produtivo por parte do Estado, contudo, apesar de certos avanços, a indústria não retomou protagonismo no desenvolvimento nacional.

Passoni observou, a partir da matriz insumo-produto, que a desindustrialização na economia brasileira não foi tão severa no período entre 2000 e 2014. De fato, a retomada do crescimento do PIB e da indústria, podem ter contribuído para que, naquela conjuntura, fossem observados traços de otimismo em relação à recuperação, principalmente a industrial. Contudo, de uma forma geral observou-se redução da diversificação produtiva, concentração setorial e reprimarização da inserção externa (Sampaio, 2015). Certas empresas readaptaram suas estratégias, deixando de produzir os bens finais, passando a importá-los, e redirecionando esforços para os canais de distribuição e vendas. De outro modo, capitais que eram predominantemente produtivos passaram a ter caráter mercantil-financeiro. A substituição do produto final nacional pelo importado se manifestou, portanto, como uma forma de desindustrialização, com impactos mais profundos do que os promovidos pelo esgarçamento do tecido produtivo (Gráfico 2).

No Gráfico 2 é possível observar queda do indicador de adensamento de cadeias produtivas, que é a relação entre valor da transformação industrial (uma medida de valor adicionado) e o valor bruto da produção industrial. Quanto menor a relação percebe-se diminuição do valor adicionado por unidade de produto final. A queda é mais sensível quando retirado o setor de refino de petróleo, setor industrial com elevada verticalização e que tem seus efeitos comandados pela Petrobrás, empresa cujo maior acionista é o governo federal. Além disso, neste mesmo gráfico também é possível observar a queda do coeficiente de penetração das importações, relação entre importações e consumo aparente, que é um indicador de aumento da participação de produtos industriais importados relativamente à produção nacional. Quanto mais elevado o indicador, maior é a importação de bens no setor.

¹⁶ Para o efeito-China consultar Pinto e Gonçalves (2015).

¹⁷ Para um balanço da política industrial desde os anos 1990 ver Cano e Silva (2010).

Gráfico 2: Relação VTI/VBPI e Coeficiente de penetração das importações da manufatura brasileira, 1996-2011 (em porcentagem)

Legenda: VTI/VBPI: Relação entre valor de transformação industrial e valor bruto da produção industrial; VTI/VBPI - RP: relação dentre valor da transformação industrial e valor bruto da produção industrial exceto Refino de Petróleo; CPI: coeficiente de penetração das importações.

Fonte: Elaboração própria. Dados do VTI e do VBPI retirados da Pesquisa Industrial Anual/IBGE, vários anos. Dados do CPI retirados dos dos Coeficientes de Comércio Exterior/CNI, vários anos.

O estouro da crise internacional de 2008, com redução da liquidez externa e da demanda internacional, bem como o elevado endividamento das famílias e das empresas colocaram em xeque a continuidade da trajetória de crescimento da economia brasileira no início do século XXI. Com o esgotamento das medidas anticíclicas, a década de 2010 é marcada pela retomada das baixas taxas médias de crescimento. Na indústria, as taxas médias de variação são negativas, o que aponta para a redução da produção manufatureira, sinalizando uma desindustrialização absoluta. Em 2015 e 2016 as políticas de austeridade produziram efeitos nefastos sobre a economia, com impactos profundos sobre o setor industrial, particularmente nos bens de capitais (Quadro 2).

Quadro 2: Taxa de variação da produção física da indústria de transformação do Brasil por categorias de uso-destino, 2003-2015 (em porcentagem)

| Categoria | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|-------|------|------|-------|------|------|-------|
| BK | 2,4 | 20,6 | 3,4 | 5,0 | 19,2 | 16,1 | -16,5 | 21,3 | 5,0 | -11,2 | 12,2 | -9,3 | -25,4 |
| BI | 1,9 | 7,0 | 0,7 | 1,6 | 4,4 | 1,6 | -8,0 | 10,4 | 0,0 | -1,6 | 0,4 | -2,4 | -5,1 |
| BC | -2,8 | 8,1 | 6,3 | 3,8 | 5,2 | 1,9 | -2,8 | 7,0 | -0,4 | -0,5 | 2,6 | -2,3 | -9,5 |
| BCD | 0,7 | 21,4 | 8,5 | 7,4 | 10,9 | 3,5 | -2,7 | 11,6 | -3,0 | -1,4 | 4,4 | -9,1 | -18,8 |
| BCSD | -3,5 | 5,1 | 5,8 | 2,9 | 3,6 | 1,4 | -2,9 | 5,5 | 0,4 | -0,2 | 2,0 | -0,1 | -6,7 |

Legenda: BK: bens de capital; BI: bens intermediários; BC: Bens de consumo; BCD: bens de consumo duráveis. BCSD: bens de consumo semiduráveis.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE – Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

A desindustrialização brasileira ocorre juntamente com aspectos da desarticulação de esferas macroeconômicas, microeconômicas e regionais e que foram construídos no período de industrialização, que levou a constituição de um sistema econômico nacional. Adicionalmente, com o avanço do capital internacional na estrutura produtiva, por meio da

desnacionalização se reconfiguram os centros de decisão, agora mais voltados para o exterior (Sposito, 2016).

O desempenho manufatureiro na economia paulista no século XXI: um balanço por microrregiões

A economia paulista teve papel central no processo de articulação produtiva e regional no período de industrialização (1930-1980). No período após 1985, quando se percebe uma redução no longo prazo do grau de industrialização, essas articulações vão se tornando mais rarefeitas, com impactos urbanos e regionais não desprezíveis:

“a inserção externa – e seu perfil traçado pela política econômica – foi muito mais impactante na organização territorial, seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais do crescimento da extrativa, seja pelo crescimento generalizado do terciário que acompanha a urbanização extensiva, ou ainda, pelo efeito da realocização de empresas da indústria de transformação que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do core industrial do país, reforçando a desconcentração regional da produção. (...) As importações, (...) dada a política cambial vigente, cresceram fortemente e impuseram importantes perdas à indústria de transformação, impactos regionais não desprezíveis decorrência do enfraquecimento de elos de cadeias produtivas” (Mota, 2010: 91-92).

As dinâmicas urbano-regionais passam a ser determinadas mais pelas articulações externas, segundo as necessidades concretas de valorização do capital. No bojo destas transformações, reestruturou-se a função do principal polo econômico do país, a economia paulista e, mais especificamente, de sua capital e região metropolitana.

Diniz e Campolina (2007: 35) afirmaram que “(...) a queda do emprego na indústria foi mais que compensada pelo aumento do emprego nos setores de comércio e serviços, indicando uma forte reestruturação produtiva e não um processo de desindustrialização como ocorrido nos Estados Unidos e Inglaterra”. Segundo estes autores, rearticularam-se os subespaços regionais, principalmente na região metropolitana, alterando-se suas funções, destacando-se o de centro financeiro e sede do sistema bancário – fato que denota o processo de intermediador com o capital internacional, bem como sede de serviços sofisticados, ligados à processos produtivos ou não (como entretenimento), em vista da presença de forte infraestrutura de ciência e tecnologia. Os processos produtivos foram levados para áreas urbanas próximas, como Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, inclusive para reduzir as deseconomias de aglomeração. Portanto, a RMSPP aparece, nesta nova configuração, como uma cidade-região global.

Por sua vez, Pádua argumentou que:

“No caso específico de (...) São Paulo, se trata da constituição de novas centralidades promovidas também por poderosos agentes econômicos, voltadas para a moradia e consumo (lazer, serviços) da classe média alta, em espaços de desindustrialização, colocando em suspenso a permanência da população que aí mora, formada por uma classe média-baixa. Dessa (...) o que está em jogo também são os processos de renovação, requalificação e gentrificação” (2010: 120).

Percebe-se, segundo Pádua (2010), que o processo de desindustrialização na economia paulista, particularmente em sua região metropolitana, tem impactos diretos sobre a requalificação de espaços urbanos, que se refletem na forma de sociabilidade

urbana e no uso e ocupação do solo, temas, dentre outros, relacionados ao “direito à cidade” (Harvey, 2012). Ruínas industriais transformam-se em mera propriedade de terra, que busca ser valorizada no tempo e no espaço, com avanço da segregação socioespacial.

Em uma outra perspectiva, que buscou analisar o desempenho dos indicadores de produção e de mercado de trabalho da indústria de transformação, principalmente para a RMS, Fagundo (2008) mostrou que se pode falar em desindustrialização e desconcentração produtiva nos anos 1980 e 1990, mas esta tendência arrefeceu na primeira metade dos anos 2000, em vista, inclusive, da retomada do crescimento econômico.

Alguns indicadores clássicos de desindustrialização e de desconcentração produtiva regional no estado de São Paulo, considerando 13 principais microrregiões industriais, podem ser observados na Quadro 3 e na Figura 1. Nelas é possível evidenciar a manutenção da importância da microrregião de São Paulo, porém com diminuição tanto de seu grau de industrialização, quanto na participação no valor adicionado industrial, esta última, que evidencia a desconcentração produtiva.

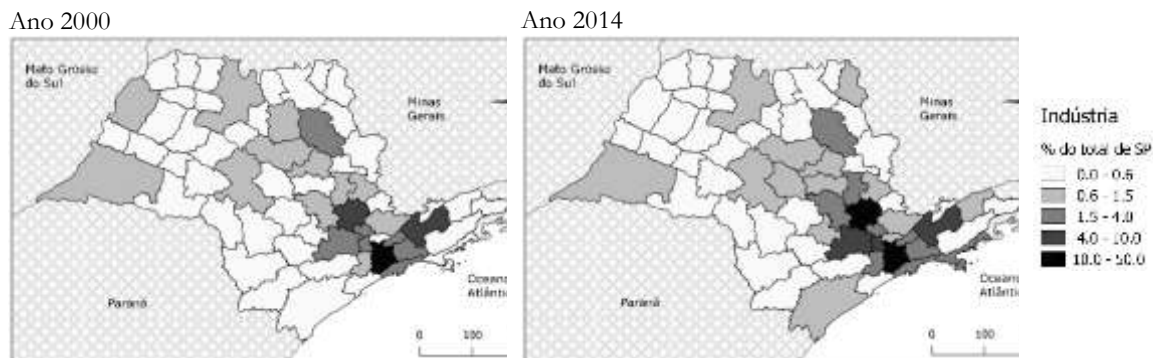
Quadro 3: Indicadores agregados das principais microrregiões industriais do estado de São Paulo (em porcentagem)

| Microrregião | Posição na Indústria ¹ | | | | Participação no valor adicionado industrial ¹ | | | | Participação no PIB | | | | Grau de industrialização* (Ind/PIB) | | | |
|----------------------|-----------------------------------|------|------|------|----------------------------------------------------------|------|------|------|---------------------|------|------|------|-------------------------------------|------|------|------|
| | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 |
| São Paulo | 1 | 1 | 1 | 1 | 41,3 | 37,1 | 30,3 | 28,2 | 42,3 | 43,0 | 42,2 | 40,3 | 38,3 | 23,0 | 16,1 | 12,9 |
| Campinas | 3 | 2 | 2 | 2 | 7,8 | 9,3 | 11,6 | 10,1 | 7,7 | 7,7 | 8,3 | 8,1 | 39,7 | 32,5 | 31,3 | 22,8 |
| São José dos Campos | 2 | 3 | 3 | 3 | 9,5 | 6,8 | 7,4 | 6,3 | 6,1 | 4,0 | 4,0 | 3,6 | 61,0 | 45,4 | 41,3 | 32,1 |
| Sorocaba | 6 | 6 | 4 | 4 | 3,0 | 3,5 | 4,5 | 5,3 | 2,7 | 2,7 | 3,0 | 3,5 | 43,5 | 34,6 | 33,4 | 28,1 |
| Osasco | 4 | 4 | 5 | 5 | 3,8 | 4,6 | 4,1 | 4,2 | 4,2 | 6,5 | 7,3 | 7,5 | 35,0 | 18,9 | 12,6 | 10,3 |
| Jundiaí | 9 | 9 | 7 | 6 | 2,5 | 2,5 | 3,8 | 3,8 | 1,9 | 2,0 | 2,7 | 2,9 | 50,4 | 32,5 | 32,0 | 24,7 |
| Guarulhos | 5 | 5 | 6 | 7 | 3,5 | 4,3 | 3,8 | 3,6 | 3,5 | 3,2 | 3,0 | 3,0 | 39,7 | 35,5 | 28,7 | 21,8 |
| Mogi das Cruzes | 8 | 8 | 8 | 8 | 2,5 | 2,6 | 3,0 | 3,2 | 2,1 | 1,8 | 2,1 | 2,1 | 47,9 | 37,9 | 32,8 | 28,1 |
| Piracicaba | 14 | 14 | 13 | 9 | 1,2 | 1,4 | 1,8 | 2,3 | 1,2 | 1,1 | 1,3 | 1,5 | 41,2 | 33,2 | 31,0 | 28,1 |
| Itapeçerica da Serra | 11 | 12 | 10 | 10 | 1,4 | 1,5 | 2,1 | 2,1 | 1,5 | 1,5 | 1,6 | 1,7 | 38,6 | 26,8 | 28,7 | 23,6 |
| Limeira | 12 | 13 | 12 | 11 | 1,3 | 1,4 | 1,9 | 2,1 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 44,1 | 31,0 | 35,1 | 31,6 |
| Ribeirão Preto | 10 | 10 | 11 | 12 | 1,5 | 2,1 | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 2,2 | 2,1 | 2,2 | 31,6 | 25,7 | 21,3 | 16,2 |
| Santos | 7 | 7 | 9 | 13 | 2,6 | 3,1 | 2,8 | 1,7 | 2,9 | 3,7 | 2,7 | 2,6 | 35,3 | 22,3 | 23,3 | 11,8 |
| Total (SP=100%) | - | - | - | - | 82,0 | 80,1 | 79,2 | 74,8 | 79,1 | 80,7 | 81,5 | 80,2 | - | - | - | - |

Nota: * Inclui indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do PIB Municipal/IBGE, anos selecionados.

Figura 1: Valor adicionado industrial bruto* nas microrregiões paulistas, anos 2000 e 2014 (em porcentagem)



Nota: * Inclui indústria extrativa, indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

Fonte: Elaboração própria a base de dados de IBGE – PIB municipal – Divisão Territorial do Brasil.

Segundo Torres é possível explicar a desconcentração produtiva da capital paulista (Figura 1 e Quadro 3) do seguinte modo:

“Tal desconcentração se daria para áreas próximas, no campo aglomerativo de São Paulo; a região continuaria a reter as atividades associadas à capacidade de comando; a desconcentração seria ‘concentrada espacialmente’, sem alterar os padrões nacionais de distribuição de atividades produtivas; a região manteria as atividades intensivas em conteúdo tecnológico, bem como aquelas articuladas aos principais circuitos comerciais e financeiros do país; a desconcentração seria limitada setorialmente, com tendência a reconcentração em alguns setores; a desconcentração industrial seria limitada a setores secundários, devendo ser interpretada de modo associado ao fortalecimento da região como centro de serviços” (2012: 69).

Houve um adensamento da estrutura de ciência e tecnologia no interior do estado de São Paulo, com presença de universidades e centros de pesquisa de porte mundial, aliado à presença de uma infraestrutura de transportes e telecomunicações privilegiada (Pinto, 2007). O avanço dessa infraestrutura de C&T esteve ligada, no caso paulista, à “interiorização do desenvolvimento”, que tem suas origens no final dos anos 1970, mas se consolida como política a partir da década de 1980 (Pacheco, 1998). Elas são capazes de constituírem uma espécie de “campo aglomerativo”, sobretudo nas regiões mais próximas à capital, como Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, Osasco, Jundiaí e Guarulhos (Kalemkarian e Aparício, 2013), que operam como fatores de atração de empresas nacionais e estrangeiras em distintos ramos, inclusive naqueles de maior complexidade tecnológica, dentre eles, aquelas ligados aos ramos manufatureiro, agroindustrial e serviços intensivos em conhecimento.

A existência de um “campo aglomerativo” no entorno da região metropolitana é um fator de atração locacional de investimentos. Seguindo a tendência mundial, posta pelas novas formas de gestão e de organização da produção, mormente pelo processo de internacionalização da produção e da formação de cadeias globais de valor, a modernização de parte do parque produtivo se dá de forma mais articulada diretamente com o exterior.

Nesse sentido, é possível afirmar que a existência de um “campo aglomerativo”, por si só, não garante a totalidade dos desejáveis efeitos de encadeamento generalizados e geração de impactos positivos sobre a renda, emprego e progresso técnico, como havia sido gestado no ISI. Em virtude do desaquecimento da “locomotiva” paulista, os efeitos de “solidariedade regional” advindos da dinâmica econômica de São Paulo, bem como de seu interior, se tornaram com menor impacto na economia. Em virtude do desadensamento de cadeias produtivas e dos nexos regionais delas decorrentes, é possível aventar uma redução de menor integração setorial e regional. A reorganização da produção capitalista no espaço brasileiro, para além das questões comerciais e produtivas, também contribuiu para aumento do déficit comercial do setor manufatureiro, o que tende a fragilizar um dos principais componentes geradores de divisas do Balanço de Pagamentos, o saldo comercial (Quadro 4).

Quadro 4. Saldo comercial de microrregiões do estado de São Paulo (US\$ milhões)*

| Microrregião | 2000 | | | | | 2005 | | | | |
|----------------------|-----------|------------|-----------|-----------|----------|------------|------------|-----------|-----------|----------|
| | AIT | MAIT | MBIT | BIT | NIT | AIT | MAIT | MBIT | BIT | NIT |
| São Paulo | -1,32 | -1.209,85 | -77,53 | 421,36 | 56,78 | -1.478,83 | 1.548,65 | 777,49 | 1.347,12 | 350,91 |
| Campinas | -794,70 | -1.161,03 | 102,42 | 38,45 | -12,81 | -1.091,63 | -655,74 | 194,92 | 99,16 | -72,46 |
| São José dos Campos | 1.066,56 | -127,14 | 43,71 | -48,27 | -16,48 | 1.644,66 | 845,79 | -55,34 | 25,63 | -37,05 |
| Sorocaba | -118,02 | -111,82 | 162,19 | -19,94 | -4,59 | -70,43 | -38,05 | 329,85 | 57,33 | 12,87 |
| Osasco | -350,16 | -585,75 | -78,34 | 42,61 | -8,04 | -364,89 | -464,60 | -5,51 | 267,36 | 44,49 |
| Jundiaí | -30,43 | 57,41 | -22,71 | -39,98 | -7,86 | -105,87 | 115,39 | 28,77 | 72,79 | -30,51 |
| Guarulhos | -69,08 | -282,20 | 4,18 | -34,81 | 212,95 | -204,06 | -160,71 | 42,91 | -4,13 | 699,27 |
| Mogi das Cruzes | -90,38 | -112,50 | -11,46 | 49,63 | -3,73 | -110,17 | -25,78 | 0,85 | 291,91 | -26,17 |
| Piracicaba | -36,00 | 29,63 | -13,62 | 142,04 | 5,92 | -41,93 | 515,93 | 90,52 | 435,31 | -9,88 |
| Itapeverica da Serra | -249,96 | -178,77 | -29,02 | -6,93 | -11,19 | -283,73 | -152,49 | -0,23 | 12,22 | -21,20 |
| Limeira | 44,08 | 122,62 | 7,71 | 89,82 | 39,32 | 36,66 | 162,11 | 53,07 | 294,55 | 63,46 |
| Ribeirão Preto | 1,85 | -7,36 | 6,81 | 51,45 | -0,38 | 11,88 | 27,49 | 101,46 | 250,41 | 17,49 |
| Santos | -18,99 | -292,17 | 254,50 | 320,60 | -61,25 | -11,36 | -323,29 | 552,61 | 740,89 | 750,73 |
| Total | -646,55 | -3.858,92 | 348,84 | 1.006,01 | 188,65 | -2.069,71 | 1.394,69 | 2.111,36 | 3.890,54 | 1.741,92 |
| Estado de SP | -1.991,16 | -3.955,60 | -406,37 | 2.855,80 | -166,05 | -2.217,47 | 1.923,13 | 2.717,65 | 8.482,96 | 14,17 |
| Microrregião | 2010 | | | | | 2014 | | | | |
| | AIT | MAIT | MBIT | BIT | NIT | AIT | MAIT | MBIT | BIT | NIT |
| São Paulo | -4.001,48 | -2.587,12 | -1.137,35 | 2.240,93 | 334,13 | -4.234,19 | -3.190,69 | -862,03 | 327,40 | 1.566,39 |
| Campinas | -2.536,25 | -3.116,19 | -336,59 | 36,20 | -72,28 | -4.174,94 | -5.262,80 | -550,25 | -40,86 | 81,79 |
| São José dos Campos | 1.539,53 | 113,86 | -323,51 | -41,50 | -55,43 | 863,83 | -1.167,81 | -651,71 | -116,35 | -46,10 |
| Sorocaba | -531,21 | -610,33 | -2,22 | -71,51 | -27,79 | -916,19 | -1.456,32 | -398,64 | -136,53 | -9,36 |
| Osasco | -822,80 | -1.862,54 | -422,42 | -534,94 | -24,61 | -1.299,05 | -1.724,67 | -185,90 | -670,41 | -88,50 |
| Jundiaí | -1.006,46 | -762,73 | -185,03 | -104,70 | -125,19 | -1.185,70 | -842,48 | -413,17 | -333,46 | -25,83 |
| Guarulhos | -376,21 | -973,58 | -249,90 | -98,73 | 971,60 | -260,56 | -995,14 | -230,24 | -364,98 | 1.681,44 |
| Mogi das Cruzes | -308,26 | -474,11 | -72,04 | 192,56 | -7,64 | -306,81 | -418,99 | -98,36 | 153,35 | -8,07 |
| Piracicaba | -137,19 | 349,98 | -158,32 | 41,97 | -44,41 | -374,57 | 200,95 | -231,21 | 20,55 | -80,24 |
| Itapeverica da Serra | -872,92 | -440,15 | -70,51 | -83,60 | -13,13 | -833,65 | -518,11 | -158,66 | -315,38 | -18,11 |
| Limeira | -4,06 | 139,85 | 81,57 | 495,53 | 32,23 | -85,35 | -282,53 | 49,28 | 408,68 | 8,77 |
| Ribeirão Preto | 4,69 | 95,32 | 74,76 | 947,02 | 27,33 | -24,31 | 56,88 | 74,54 | 688,71 | 30,14 |
| Santos | -31,42 | -691,01 | 971,63 | 1.664,91 | 1.391,60 | -25,64 | -827,36 | 1.226,53 | 1.339,79 | 2.044,25 |
| Total | -9.084,06 | -0.818,75 | 1.829,94 | 4.684,13 | 2.386,42 | 12.857,13 | 16.429,08 | 2.429,81 | 960,51 | 5.136,56 |
| Estado de SP | -9.745,43 | -11.195,72 | -3.787,72 | 13.351,62 | 330,80 | -13.770,22 | -17.960,91 | -6.610,43 | 10.635,33 | 611,16 |

Nota: * Classificação industrial a partir de Sampaio (2015).

Legenda: AIT: Alta Intensidade Tecnológica; MAIT: Média-Alta Intensidade Tecnológica; MBIT: Média-Baixa Intensidade Tecnológica; BIT: Baixa Intensidade Tecnológica; NIT: Não classificado como Indústria de Transformação.

Fonte: elaboração própria MDIC – Aliceweb. Dados municipais.

O caso da desindustrialização da economia paulista, principalmente de sua região metropolitana, tem suas especificidades, dada a sua complexidade, hegemonia e papel na

articulação produtiva e regional nacional. Porém, como se trata do principal ponto de articulação com as demais regiões do país, e, entendendo que se passa por um processo de desarticulação do sistema econômico nacional, não se pode negar a hipótese de desindustrialização na economia paulista. Segundo Mattos,

“Pode-se observar um quadro claro de regressão da estrutural industrial (...) a indústria sofre de uma longa tendência à redução em sua agregação de valor, com aumento de participação de componentes importados, e que o estado, tal como o país, experimentou aumentos em suas importações industriais, principalmente de bens finais. Similarmente, o emprego industrial perdeu participação, a importância da indústria de transformação nas compras e vendas do estado (...) perdem importância e diminuem seu crescimento (...). À luz dessas evidências, parece muito claro que o estado de São Paulo foi o epicentro (...) da crise industrial brasileira, sofrendo uma fragilização de sua estrutura industrial(...) caracterizando um processo indubitável de desindustrialização em curso” (2015: 122).

O processo de desindustrialização brasileiro está intimamente ligado, para além dos elementos externos como a financeirização, terceira revolução industrial e reorganização das empresas transnacionais, com a dinâmica produtiva paulista e com as conexões intra e interdepartamentais na manufatura que ela lidera, bem como às mudanças institucionais, patrimoniais e da condução da política econômica no Brasil nas últimas décadas. As transformações das forças produtivas da capital paulista, atualmente mais voltada para serviços financeiros e outros de maior intensidade tecnológica, aponta que o principal vetor de dinamismo econômico não é mais aquele que foi vigente no período de avanços no processo de industrialização brasileira. Por esta razão, a economia paulista pode ser considerada como o epicentro regional da desindustrialização prematura brasileira.

Os efeitos dinâmicos decorrentes das conexões espaciais e setoriais que se estabeleceram no período anterior de industrialização encontram-se menos concentrados no principal polo econômico nacional, com impactos sobre a estruturação urbana e migratória. Na ausência de uma agenda nacional de desenvolvimento, ou seja, de continuação do enfraquecimento dos centros internos de decisão, a desindustrialização avança e, com ela, a crise de longo prazo da economia brasileira.

Considerações finais

A industrialização do Brasil tem raízes na acumulação do complexo cafeeiro do Oeste Paulista, na virada do século XIX para o XX, com a ruptura do modelo primário-exportador ocorrida a partir do crash de 1929. Em que pese os limites do desenvolvimento das forças produtivas no país, ao longo de meio século foi montado um dos mais amplos e diversificados parques industriais na periferia capitalista, encontrando no estado de São Paulo, e em seu perímetro metropolitano, seu principal território de crescimento e articulação.

Com o parque produtivo mais amplo, diversificado e tendo centralidade nas conexões intra e interssetoriais com as demais regiões do país, a economia paulista foi o centro econômico da constituição do sistema produtivo nacional, e ponto de irradiação de laços de “solidariedade regional”. Ao final da década de 1970, mesmo com desequilíbrios macroeconômicos profundos, a indústria brasileira encontrava-se setorialmente e regionalmente integrada, em razão dos esforços realizados pelo II Plano Nacional de

Desenvolvimento. Com o bloco de investimentos do II PND, a economia brasileira alcançou o patamar do padrão tecnológico da segunda revolução industrial. Contudo, a crise fiscal e financeira do Estado e a condução da política econômica nas décadas seguintes colocaram as bases do sistema produtivo em novo e longo processo de decadência.

Desde a década de 1980 a tendência é de baixa taxa média de crescimento do produto, da renda per capita e da indústria. Não só é evidente a redução da participação da manufatura na riqueza nacional, mas também resulta alarmante a redução de sua diversificação e o esgarçamento do tecido produtivo. A questão agravou-se a partir da década de 2010, onde persiste, em médio prazo, taxa média negativa de crescimento da indústria de transformação, com redução do valor real de sua produção.

A hegemonia paulista, e seu papel como principal centro econômico do país, não foi contestada ao longo das décadas de declínio industrial. A despeito do processo de desconcentração produtiva, desde os anos 1970, ainda se registra uma elevada concentração da riqueza e da produção no estado, bem como no perímetro metropolitano da cidade de São Paulo. Mesmo com a baixa mobilidade na hierarquia da produção industrial entre as microrregiões, percebem-se três movimentos particulares neste início de século: tendência generalizada de redução do grau de industrialização; tendência de redução do peso da microrregião de São Paulo no total da produção industrial estadual, com manutenção da concentração em poucos subespaços regionais, em geral no seu entorno; aumento do déficit comercial, principalmente nos setores manufatureiros de maior densidade tecnológica, o que indica para maior dependência tecnológica, de insumos e integração produtiva com o exterior.

Com o esgotamento do modelo de ISI, e a subsequente desarticulação do tecido produtivo, deixaram de se agregar os novos setores industriais, tais como o das telecomunicações e informática, aumentando, assim, o gap tecnológico. Com o processo de integração competitiva, na década de 1990 São Paulo perdeu espaço na articulação produtiva, principalmente para o exterior. Se no período da industrialização, o desenvolvimento produtivo teve papel fundamental na urbanização e movimento migratório, na etapa da desindustrialização, esses movimentos são reconfigurados, com base em uma estrutura produtiva mais heterogênea, menos diversificada e com menor capacidade de geração de efeitos de encadeamento generalizados.

A desindustrialização brasileira tem como seu principal foco a economia paulista, justamente aquela que liderou o processo de desenvolvimento ao longo do modelo de ISI. Os sucessivos planos de desenvolvimento no período de 1930 a 1980, bem como seus blocos de investimentos, fortaleciam os nexos setoriais e regionais, sob hegemonia da “locomotiva” paulista. Após a década de 1980, o baixo dinamismo do crescimento da indústria paulista, se manifestou em várias frentes, seja pela desarticulação de cadeias produtivas, em virtude do processo de reestruturação produtiva, seja pelo fechamento de plantas industriais, que pode resultar em requalificação de espaços urbanos.

Em que pese o movimento de baixo dinamismo no pós-1980, a indústria paulista ainda apresenta relevância no produto nacional e sua importância não pode ser subestimada. O estado de SP concentra a maior parte da infraestrutura de ciência e tecnologia do país, somado ao maior parque de alta intensidade tecnológica. A retomada do protagonismo da indústria, desde que concebida num projeto nacional de desenvolvimento,

deverá considerar a centralidade que SP, especialmente sua capital e interior mais próximo, apresentam na dinâmica econômica brasileira.

O artigo demonstrou que houve mudança do papel da capital paulista, tendo em vista que lá foi centralizado o poder de comando do sistema financeiro e de serviços de toda natureza, inclusive os de maior valor agregado. Este movimento resultou em mudanças no uso e ocupação do solo, com aumento da segregação socioespacial, levando ao aprofundamento da heterogeneidade, com reflexos diferenciados no espaço. Assim, a desarticulação do sistema econômico tem impactos profundos sobre o processo de estruturação urbana e migratória acompanhada de enfraquecimento dos centros internos de decisão.

O processo de desindustrialização é nacional, mas são claros e diferenciados os seus impactos locais e regionais em termos de perdas de participação da indústria no PIB, no valor agregado da indústria, de engajamento da industrial regional e local no comércio exterior, de relações empresariais e das articulações regionais. Ao todo, o processo inicialmente virtuoso que levou à interiorização do desenvolvimento, pode ser retraído ao ponto de transformar o principal território da industrialização do país em seu contrário, ou seja, a cidade de São Paulo e sua região metropolitana, tornam-se espaços de desindustrialização. Por se tratar da região brasileira que conta com o mais amplo e diversificado parque industrial, são grandes os riscos e impactos das desarticulações condicionadas de fatores internos e externos, macro e microeconômicos. O desenvolvimento de um país não fica isento da desindustrialização como forma de desatar laços comerciais e produtivos nos âmbitos setoriais e regionais. Cabe, portanto, à retomada da discussão do projeto nacional de desenvolvimento para que nele se possa analisar o papel da indústria, da base técnica e tecnológica e as possibilidades da região de São Paulo neste processo.

Referências Bibliográficas

- Akyuz, Yilmaz. “Impasses do desenvolvimento”. *Novos Estudos*, no. 72, pp. 41-56, <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000200003>
- Arend, Marcelo. “A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho.” Organizado por Bojikian Calixtre, André, André Martins Biancarelli, Marcos y Macedo Cintra, *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- Baeninger, Rosana. “Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos”. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2004.
- Batista, Paulo Nogueira. “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. *Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil*, Paulo Nogueira Batista. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp. 115-162, http://funag.gov.br/loja/download/331Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf
- Cano, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- Cano, Wilson. “Furtado: a questão regional no Brasil e a agricultura itinerante no Brasil.” *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*, Wilson Cano. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.
- Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007a.

- Cano, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007b.
- Cano, Wilson. *Desconcentração produtiva regional no Brasil, 1970-2005*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- Cano, Wilson. “(Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento”. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 9, no. 15, 2014, pp. 139-174, <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>
- Cano, Wilson, Ana Lucia Gonçalves da Silva. “Política industrial do governo Lula”. Texto para discussão do Instituto de Economia da Unicamp, jul. 2010, <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1811/texto181.pdf>
- Cardozo, Soraia Aparecida. “Guerra fiscal dos portos e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990”. Universidade Estadual de Campinas, 2010, <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285629>
- Carneiro, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- Costa, Daniel, Armando Funari, Leonel Mattos. “Evidências da desindustrialização no Brasil e no estado de São Paulo entre 1989 e 2010”. *Anais do IV Seminário internacional sobre desenvolvimento regional*, Unisc, 2013.
- Coutinho, Luciano. “A terceira revolução industrial e tecnológica. As grandes tendências e mudanças”. *Economia e Sociedade*, vol. 1, no. 1, 1992, pp. 69-87, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643306>
- Coutinho, Luciano, João Carlos Ferraz. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. São Paulo: Ed. Papirus, 1994.
- Cruz, Paulo Roberto Davidoff Chagas. “Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta”. *Nova Economia*, v. 5, n. 1, 1995, pp. 121-144, <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2287>
- Diniz, Clélio Campolina, Bernardo Campolina. “A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções”. *Eure*, vol. XXXIII, no. 98, 2007, pp. 27-43, <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612007000100002>
- Fagundo, Ligia Maria de Campos. “A indústria na região metropolitana de São Paulo: há um processodiss recente de desindustrialização?”, PUC/SP, 2008, <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9334>.
- Fiori, José Luís, organizador. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- Fiori, José Luís, Maria da Conceição Tavares, organizadores. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- Furtado, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.
- Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.
- Harvey, David. “O direito à cidade”. *Lutas Sociais*, São Paulo, no. 29, 2012, pp. 73-89, <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>
- Hermann, Jennifer. “Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)”. *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*, organizado por Fábio Giambiagi, André Villela, Lavínia Barros de Castro e Jennifer Hermann. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011, pp. 97-130.
- Hiratuka, Célio, Fernando Sarti. “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 37, no. 1, 2017, pp. 189-207, <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>

- Hirschman, Albert. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”. *Economia e movimentos sociais na América Latina*, organizado por Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso, Maurício Font. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008, pp. 21-64, <https://doi.org/10.7476/9788599662595>
- Kalemkarian, Margarida, Cimar Alejandro Prieto Aparício. “Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo”. *Primeira Análise SEADE*, no. 1, 2013, pp. 1-21, <https://www.seade.gov.br/01-abril2013-onde-industria-se-fortalece-estado-de-sao-paulo/>
- Sarti, Fernando, Mariano Laplane. “O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90”. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*, Mariano Laplane, Luciano Coutinho, Célio Hiratuka, organizadores. São Paulo: Ed. Unesp, 2003, pp. 11-58.
- Lessa, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso*. Campinas: Ed. IE/Unicamp, 1998.
- Lessa, Carlos, Sulamis Dain. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento”. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol 1*, Luiz Gonzaga de M. Belluzzo, Renata Coutinho, organizadores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, pp. 214-228.
- Mattos, Leonel. “Desindustrialização no estado de São Paulo entre 1989 e 2010”. Universidade Estadual de Campinas, 2015, <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/304749>
- Mello, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas: Ed. Facamp, 2009.
- Monteiro Neto, Aristides, César Nunes de Castro, Carlos Antônio Brandão, organizadores. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: Ed. Ipea, 2017, https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412
- Morceiro, Paulo. “A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise de sua evolução estrutural, comercial e tecnológica”. Universidade de São Paulo, 2018, <https://doi.org/10.11606/T.12.2019.tde-07122018-115824>
- Mota, Fernando César de Macedo. “Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil”. *Redes*, vol. 15, no. 3, 2010, pp. 89-114, <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v15i3.1268>.
- Nassif, André. “Há evidências de desindustrialização no Brasil?”. *Revista de Economia Política*, vol. 28, no. 1, pp. 72-96, 2008, <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004>
- Oliveira, Fabrício Augusto de. *Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- Oreiro, José Luis, Carmem Aparecida Feijó. “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, vol. 30, no. 2, 2010, pp. 219-232, <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>
- Pacheco, Carlos Américo. *A fragmentação da nação*. Campinas: Ed. IE/Unicamp, 1998.
- Pádua, Rafael Faleiros de. “A valorização de espaços de desindustrialização na metrópole: a produção do espaço como produção da segregação”. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, vol. 14, n. 2, 2010, pp. 105-124, <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2010.74173>
- Passoni, Patieene Alves. “Deindustrialization and regressive specialization in the Brazilian economy between 2000 and 2014: a critical assessment based on the input-output analysis”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, <http://objdig.ufrj.br/43/teses/PatieeneAlvesPassoni.pdf>

- Pinto, Eduardo Costa, Reinaldo Gonçalves. “Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa”. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 24, no. 2, 2015, pp. 449-479, <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art8>
- Pinto, Giovana Carolina Resende. “Ciência e Tecnologia (C&T)”. *Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*, Wilson Cano, Carlos Antônio Brandão, Cláudio Schuller Maciel, Fernando César de Macedo Mota. São Paulo: Ed. Alínea, 2007, pp. 531-572.
- Rowthorn, Robert, Ramana Ramaswamy. “Desindustrialization: causes and implications”. *IMF Working Paper*, no. 42, 1997, pp. 1-38, <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/30/Deindustrialization-Causes-and-Implications-2161>
- Rowthorn, Robert, Ramana Ramaswamy. “Growth, Trade and Deindustrialization”. *IMF Working Paper*, vol. 46, no. 1, 1999, pp. 1-28, <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/30/Growth-Trade-and-Deindustrialization-2584>
- Rowthorn, Robert, John Wells. *De-industrialization and foreign trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- Saes, Flávio. “A controvérsia sobre a industrialização brasileira na primeira república”. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 3, no. 07, 1989, pp. 20-39, <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300003>
- Seade (Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação SEADE, 3 vols, 1988.
- Sampaio, Daniel Pereira. “Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil”. Universidade Estadual de Campinas, 2015, <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286447>
- Serra, José. “Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira no pós-guerra”. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, vol. 1, Luiz Gonzaga de M. Belluzzo, Renata Coutinho, organizadores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, pp. 56-121.
- Silva, Ana Lucia Gonçalves da, Mariano Laplane. “Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo”. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 3, no. 1, 1994, pp. 82-98, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643219>
- Spósito, Maurício. “A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização”. Universidade Estadual de Campinas, 2016, <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/304750>
- Squeff, Gabriel. “Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro”. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2012, <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1125>
- Suzigan, Wilson. *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- Tavares, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Ed. IE/UNICAMP, 1998.
- Tavares, Maria da Conceição, Luiz Gonzaga de M. Belluzzo. “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, vol. 1, Luiz Gonzaga de M. Belluzzo, Renata Coutinho, organizadores. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, pp. 122-140.
- Torres, Haroldo da Gama. “Afiml, desconcentração produtiva é ou não é relevante? A cidade de São Paulo no olho do furacão”. *Novos Estudos*, no. 94, 2012, pp. 69-88, <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300003>

- Tregenna, Fiona. "Characterising deindustrialization: ana analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". *Cambridge journal of economics*, vol. 33, n. 3, 2009, <https://doi.org/10.1093/cje/ben032>
- Unctad (United Nations Conference on Trade and Development). "Trade and Development Report". Geneva, 2003, <https://digitallibrary.un.org/record/501492?ln=en>